

ENTRE CELAS E CORRÓ: UMA ETNOGRAFIA IMERSIVA DO UNIVERSO CARCERÁRIO

BETWEEN CELLS AND CORRÓ: NA IMMERSIVE ETHNOGRAPHY OF THE PRISON UNIVERSE

Submetido em: 04/04/2025 – Aceito em: 04/07/2025

GABRIEL CARVALHO RIBEIRO DE LIMA¹

RESUMO

Relata-se dinâmicas de poder, cultura e violência no sistema carcerário brasileiro, a partir de uma etnografia imersiva realizada em uma delegacia. O objeto centra-se nas interações entre detentos e agentes do Estado, analisando códigos morais paralelos e a precarização do ambiente. O objetivo é compreender como hierarquias e afetos moldam a vida prisional, utilizando a metodologia da participação observante (Wacquant, 2002), na qual o pesquisador vivencia a rotina carcerária, registrando interações e rituais. Os resultados revelam a dualidade entre violência e solidariedade: líderes informais exercem controle por meio de ameaças e humor, enquanto trocas simbólicas reconfiguram relações. Conclui-se que a prisão opera como microcosmo de estruturas de poder, onde códigos informais e a economia da punição perpetuam a marginalização como extensão das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Sistema penitenciário. Etnografia imersiva. Poder informal.

ABSTRACT

It is reported power dynamics, culture, and violence within the Brazilian prison system through immersive ethnography conducted in a police station. The focus centers on interactions between inmates and state agents, analyzing parallel moral codes and the precarious conditions of the environment. The objective is to understand how hierarchies and affects shape prison life, employing the methodology of participant observation (Wacquant, 2002), where the researcher experiences the prison routine, documenting interactions and rituals. Results reveal a duality between violence and solidarity: informal leaders exert control through threats and humor, while symbolic exchanges reconfigure relationships. It concludes that the prison operates as a microcosm of power structures, where informal codes and the economy of punishment perpetuate marginalization as an extension of social inequalities.

Keywords: Penitentiary system. Immersive ethnography. Informal power.

INTRODUÇÃO

O sistema carcerário brasileiro, marcado pela superlotação, violência estrutural e precariedade, reflete e reproduz desigualdades sociais históricas. Este relato analisa as dinâmicas de poder, cultura

¹ Graduação em Administração (ESAB) e em Humanidades (UFSB). Especialização em Educação em Direitos Humanos (UFVJM) e em Psicologia (USP). Mestrado em Estado e Sociedade (UFSB). **E-MAIL:** gabriel.lima@gfe.ufsb.edu.br. **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0004-4871-8510>.

e resistência em uma delegacia de polícia, espaço que opera como microsistema prisional transitório. O objeto centraliza-se nas interações entre detentos, lideranças informais e agentes do Estado, com ênfase na construção de códigos morais paralelos e na degradação material do ambiente. A delimitação do tema restringe-se ao período de 36 horas de imersão em fevereiro de 2025, focalizando atores e líderes que personificam hierarquias informais, e agentes policiais cujas práticas oscilam entre coerção e cumplicidade.

A metodologia adotada é a etnografia imersiva, fundamentada na participação observante², na qual o pesquisador vivenciou a rotina carcerária como detento temporário, documentando interações verbais, rituais de poder e vulnerabilidades simbólicas e corporais. A coleta de dados incluiu registros diarísticos, observação de rituais e diálogos com detentos, garantindo anonimato por pseudônimos e omissão de detalhes identificáveis. O relato estruturou-se em três eixos: (1) entrada e adaptação ao ambiente; (2) rotinas e relações de poder; (3) estratégias de sobrevivência e desfecho da experiência.

A justificativa reside na urgência de desvelar mecanismos ocultos do cárcere, frequentemente obscurecidos por estatísticas ou discursos oficiais. Ao adotar uma abordagem qualitativa e corporal, o estudo revela como a precariedade física do pesquisador — descalço, sujo e machucado — facilitou a aceitação pelos detentos, tornando-se instrumento metodológico para capturar afetos e hierarquias (Wacquant, 2002). O corró,³ como lócus privilegiado, permitiu analisar a interseção entre violência simbólica⁴ e resistência cotidiana, além de compreender o sistema do cárcere como extensão do complexo industrial prisional⁵, que perpetua a marginalização.

Os resultados evidenciaram dualidades: líderes como Gordão e Menó combinam ameaças e humor para manter controle, enquanto gestos de solidariedade reconfiguram alianças. A pesquisa também expôs a naturalização da degradação e a performatividade do poder estatal, expressa em ameaças policiais e espetacularização do controle. Conclui-se que a prisão é um espaço repressivo e uma arena onde se negociam identidades, moralidades e sobrevivências, reforçando a tese de Foucault (1975) sobre a microfísica do poder. Ao articular experiência

2 A participação observante é um método etnográfico que integra o pesquisador às experiências, permitindo-lhe vivenciá-las de forma direta e corporal. Essa imersão iniciática possibilita ao pesquisador captar os esquemas éticos, estéticos e cognitivos que estruturam o universo social investigado: a transformação iniciática e mesmo a conversão moral e sensual ao cosmo, considerada como técnica de observação e análise, permite ao sociólogo apropriar-se na e pela prática (Wacquant, 2002).

3 Espaço transitório e precarizado em delegacias, geralmente uma antessala ou área adjacente às celas, onde detentos temporários são mantidos em condições degradantes.

4 A violência simbólica refere-se a formas sutis de dominação reproduzidas por meio de estruturas sociais e culturais, nas quais os indivíduos internalizam hierarquias de poder como naturais, legitimando-as mesmo quando estas operam contra seus próprios interesses. No contexto descrito, manifesta-se na aceitação tácita das regras informais do cárcere e na naturalização da degradação física e simbólica do ambiente prisional. (Bourdieu, 2012).

5 O complexo industrial prisional, termo cunhado por Angela Davis (2018), descreve a intersecção entre interesses econômicos, políticos e midiáticos que perpetuam o encarceramento em massa, transformando a punição em um negócio lucrativo. Inclui desde empresas privadas de prisões até a militarização das polícias, que criminalizam populações periféricas para sustentar uma estrutura de controle social racializado e classista.

corpórea e análise crítica⁶, o estudo contribui para debates sobre justiça, direitos humanos e a urgência de reformas estruturais.

1. VIVÊNCIA E CORPO EM COLISÃO: O RELATO COMO DISPOSITIVO ETNOGRÁFICO

Este capítulo constitui o núcleo experiencial da pesquisa etnográfica realizada em contexto carcerário, sendo estruturado como um relato denso e reflexivo sobre a imersão do pesquisador em uma delegacia que operava, na prática, como microssistema prisional. Inspirado no método da participação observante (Wacquant, 2002), o relato assume caráter de diário de campo visceral — em que o corpo, os afetos e as relações de poder inscritas no cotidiano da prisão tornam-se matéria analítica. Tal como propõe Tânia Stolze Lima (2013, p. 12), o engajamento com a “vida social imediata” exige da escrita um equilíbrio entre distanciamento crítico e implicação subjetiva, permitindo que a vivência informe e tensione a teoria. Assim, a seção que segue busca narrar eventos e performar uma etnografia situada, na qual o corpo vulnerável do pesquisador e a ambiência opressiva da cela são tomados como dispositivos de conhecimento (Favret-Saada, 2005). A entrada no corró, a interação com líderes informais e as dinâmicas de ameaça, humor e solidariedade revelam práticas carcerárias e formas de governança e resistência que operam no interior do Estado penal (Foucault, 1975). Este relato, portanto, é tanto documento quanto denúncia — um exercício ético-político de tornar visível o que o cárcere insiste em invisibilizar.

1.1 ENTRADA E ADAPTAÇÃO AO AMBIENTE

“O poder está em toda parte.” Foucault, 1975.

Às 00h15 de sábado, entrei na delegacia de polícia civil como preso. Com a cabeça atormentada, a respiração difícil e o corpo moído, os medos inerentes à situação me assaltaram: a morte, o remorso, o sofrimento, enfim. Ao adentrar o “corró”, uma antessala situada em frente a duas celas interligadas por pequenas aberturas (por onde eram passados alimentos, roupas e pertences aos presos), comecei a ser interrogado pelos detentos distribuídos entre elas. Uma das celas, que chamarei de cela A, abrigava quatro detentos; a outra, denominada cela B, continha três. Todos os presentes estavam, até então, ligados ao tráfico e a facções (denominadas tudo dois e tudo três), e eu, embora

6 No contexto deste relato, as metodologias integrativas materializam-se na fusão entre a experiência corpórea do pesquisador — que incluiu vulnerabilidade física, interações imersivas e uso do corpo como instrumento de mediação — e a análise crítica das estruturas de poder e violência simbólica no cárcere. Essa metodologia transcende abordagens tradicionais ao incorporar técnicas de escuta ativa, gestão criativa de conflitos (como a negociação de códigos morais paralelos) e a valorização de saberes locais (ex.: rituais de solidariedade e hierarquias informais). Ao integrar dimensões afetivas, lúdicas (ex.: humor como resistência) e críticas, o estudo desvela como a prisão opera como microcosmo de desigualdades, rompendo dicotomias entre razão/emoção e teoria/prática, e ampliando a compreensão da democracia e dos direitos humanos em contextos de marginalização extrema (Paidéia, 2022).

de forma totalmente imersiva na “vida social imediata” (Lima, 2013, p. 12), capturando-a através de uma participação observante em termos metodológicos, emergia como o outsider⁷ daquela situação.

Na cela A, a liderança informal era exercida por “Menó”, um jovem de 19 anos que, rindo alto e cantando músicas da facção que integrava, interagiu tranquilamente com os investigadores, policiais e delegados, e levantava o astral dos demais detentos, sem negar em nenhum momento seu vínculo com a facção, muito pelo contrário. Vez ou outra, “Menó”, em tom sarcástico e até choroso, reclamava quando chegavam pertences e alimentos destinados aos outros presos ou quando chegavam visitas de advogados, exclamando e fazendo todos rirem alto: — “Esqueceram de mim, Gordão! Estou me sentindo abandonado!”

Em consonância, na cela B, Gordão, de 26 anos, exercia uma liderança informal, comandando com firmeza, bom humor e autoridade. As celas estavam permanentemente trancadas, e o acesso dos detentos ao pequeno mundo exterior se dava apenas pela janela da porta de ferro maciço voltada para o corró, onde eu me encontrava; essas janelas permaneceram fechadas durante todo esse primeiro momento, de modo que os detentos não conseguiam ver uns aos outros, nem me ver, apenas ouvir. Logo, o poder informal constituído começou a me indagar: — “E aí, qual foi? Fez o quê? É tudo 2 ou tudo 3? Vai tomar dos dois lados! É alemão? Abri a janela aqui pra nós!? Quer cigarro? Tá me ouvindo!? Tá fingindo de surdo!?” Eu apenas balbuciei, fingindo de desentendido: — “Han? Quê? Não sei. Não dá pra abrir... não sei abrir”. E então calei-me, deitei e tentei apagar o vazio que me consumia, buscando dormir para, ao menos mentalmente, evadir-me daquele lugar. Percebi que os detentos ficaram um pouco desconfiados.

No “corró”, havia alguns cobertores enrolados, como se alguém estivesse neles; estavam depositados no chão do lado oposto de onde eu me encontrava, em frente à cela B. Quando entrei no corró, deitei-me no chão, em frente à cela A, e permaneci imóvel, sem esboçar qualquer reação. Por um breve instante, fui envolvido por um silêncio e breu absoluto, interrompido apenas por um feixe de luz que passava por baixo da porta de acesso ao corró e o barulho eventual de um molho de chaves, que ecoava como um metrônomo da opressão, marcando o ritmo da vida carcerária. Após alguns minutos de repouso – permeados pelo forte cheiro de urina misturado ao mofo das paredes, e com os presos já menos eufóricos com minha chegada – ouvi passos vindos do corredor em direção à porta do “corró”. Ao ouvir esses passos, os detentos ficaram em alerta; desconhecendo o proceder (ato de agir de acordo com norma ou orientações predefinidas), continuei deitado. Em seguida, o som de um molho de chaves ecoou, como se alguém procurasse a chave correta, até que a porta se abriu e um delegado, acompanhado de um policial, designou: — “Você, pode vir!”

Por um breve instante, enquanto saía pela porta, pensei que poderia estar sendo liberado, mas logo percebi que era hora do meu

7 O conceito de “outsiders” designa os indivíduos ou grupos que, apesar de possuírem características semelhantes, são excluídos dos vínculos de coesão interna e dos mecanismos de poder que definem a identidade do grupo dominante, sendo estigmatizados por meio de processos simbólicos que reforçam a superioridade dos estabelecidos (Elias; Scotson, 2000).

depoimento. Fui escoltado entre o policial e o delegado e encaminhado para uma sala, onde iniciei meu depoimento. Estava descalço, sem camisa, sujo, machucado e usando apenas bermuda. Fui informado de que poderia optar por responder ou não às perguntas; optei por responder a todas, pois desejava ganhar a confiança do delegado. Após o depoimento, solicitei informações extraoficiais ao delegado: — “Preciso de um advogado?” A resposta foi: — “Com advogado você sai mais fácil.” Também quis saber: — “Posso ligar para minha namorada? Para minha família?” Rapidamente, me foi liberado o acesso ao meu celular, porém, estava sem sinal de internet, e logo o delegado emprestou-me o próprio aparelho, permitindo que eu enviasse uma mensagem de áudio para minha namorada e realizasse uma videochamada para meu pai, que inicialmente não atendeu, mas retornou em seguida. Através dessa videochamada, descobri que minha namorada estava em um lugar seguro e estava sabendo do ocorrido, que um colega estava dando suporte a ela e a mim, e que meu caso estava sendo veiculado na mídia. Nesse momento percebi que, emocionalmente, a culpa estaria relacionada a mim para toda a vida – embora, racionalmente, um acidente seja uma fatalidade.

Retornando ao corró, acompanhado do delegado e do policial, fui novamente trancado. Deitei-me no chão com cuidado, evitando áreas com urina ou outras substâncias fétidas – o ambiente, todavia, estava imundo, repleto de restos de comida podre, dejetos e a presença de insetos, evidenciando a precarização do sistema carcerário. Nesse momento, os presos das celas A e B interpelaram-me novamente: — “E aí, qual foi? O que você fez?” Respondi: — “Bati o carro!” Indagaram como foi o acidente; expliquei que: — “Estava numa área muito escura e mal sinalizada, indo buscar minha namorada.” E, ao ser questionado sobre eventuais mortes, omiti hesitante: — “Acho que não.” Então Gordão, o que mais inflava uma possível retaliação contra mim, proclamou: — “Se você estiver mentindo eu vou te matar, fala a verdade!” Fingi de bobo de novo e calei-me.

A reflexividade metodológica para a construção deste diário exigiu equilíbrio delicado entre registro fiel das interações e proteção dos sujeitos. Diante de ameaças, optei por omitir detalhes identificáveis e utilizar pseudônimos para garantir anonimato, ainda que o consentimento formal fosse inviável dada a assimetria de poder. A pesquisa em contextos de violência exige um equilíbrio delicado entre expor estruturas de poder e não reproduzir a violência simbólica (Davis, 2018). A minha corporalidade — descalço, sujo e machucado — paradoxalmente facilitou a aproximação: a vulnerabilidade física tornou-me legível aos detentos, que enxergaram em meu estado uma forma de reciprocidade na precariedade. Nesse sentido, o corpo se mostrou como instrumento de pesquisa, onde se inscreveram hierarquias e afetos, mediando tanto a coleta de dados quanto os riscos éticos inerentes a contextos de violência estrutural (Wacquant, 2002).

Após um período de silêncio, enquanto tentava dormir e esquecer aquele pesadelo, ouvi novamente passos vindos do corredor, seguidos por sombras de pernas passando pela fresta sob a porta. A porta se abriu e jogaram outra pessoa no corró. Assim, iniciou-se um novo ciclo

de interrogatórios e pressão dos presos sobre o recém-chegado. Percebi que essa era a diversão e o passatempo deles: — “E aí, coroa? Qual foi?” Não prestei muita atenção, mas ouvi o novo detento, o “coroa”, afirmar: — “Eu não fiz nada, não, filho, sou dentista!” Os presos replicaram de forma ríspida, e logo iniciou-se uma discussão entre os detentos e o dentista, com ameaças de que: — “Quando entrar aqui na cela, a gente vai arrancar sua cabeça.” Evidenciando que ali reinava um poder, uma cultura, nesse caso específico, a cultura carcerária⁸. Pressionado, o dentista, em tom provocativo, relatou que sairia dali em breve e que os detentos ficariam presos para sempre. Depois, mostrando-se arrependido de ter provocado a situação, o dentista começou a gritar: — “Vão me matar aqui dentro! Me tira daqui, pelo amor de Deus!” Poucos minutos depois, os policiais anunciaram que a fiança do dentista havia sido paga, e ele foi liberado. O silêncio opressivo, no sentido da violência simbólica e estrutural, retornou, marcado pelo sentimento de culpa e medo.

Quando amanheceu, percebi que o “corró” estava deserto, exceto por mim, e que os cobertores – que antes me fizeram imaginar a presença de alguém – haviam sido simplesmente abandonados no outro canto. Diante da sujeira e dos riscos de contrair doenças do chão infectado, optei por utilizar os cobertores como cama, deitando-me sobre eles para me proteger do chão, ainda que pudesse contrair doenças deles também. Saí da frente da cela A e me deitei, encostado na parede, em frente à cela B. Em frente à cela B, ficava um painel de identificação⁹ que estava todo queimado e derretido. Enquanto olhava o teto e o painel queimados, minha imaginação começou a criar desenhos e significados, uma verdadeira manifestação de pareidolia¹⁰, resultado do abalo psicológico em que me encontrava. Os desenhos, em sua maioria, representavam coisas macabras e assustadoras. Posteriormente, descobri que um antigo detento havia colocado fogo no corró como retaliação ao tratamento dado pelos policiais à sua família. Um policial chegou a comentar que entendia por que ele havia feito aquilo: — “Se você fala da minha família, eu sei o que eu faço, vocês sabem o que fazem também.”

1.2 Rotinas e Relações de Poder

Ser afetado não é um obstáculo ao conhecimento: é uma metodologia.
Favret-Saada, 2005

Na manhã de sábado, o líder informal da cela B, Gordão, acordou com uma mistura de bom-humor, sadismo e agressividade, gritando: — “Ô, seu polícia, cadê o café do preso? Vai matar o preso de fome?” Todos

8 Conjunto de práticas, códigos e rituais informais que emergem no ambiente prisional, organizando as relações de poder e as interações entre os detentos, funcionando como um código de conduta próprio (Foucault, 1975).

9 Utilizado em investigações criminais onde uma vítima ou testemunha observa um grupo de pessoas/suspeitos através de uma janela, sem ser vista por eles. O objetivo é identificar se algum dos indivíduos é o responsável pelo crime, mantendo a privacidade e a segurança da vítima ou testemunha. A janela pode ser de vidro e, em alguns casos, pode ter uma película que impede a visão direta dos suspeitos para a vítima, mas permite que ela os veja.

10 Este é um fenômeno psicológico no qual as pessoas percebem padrões significativos, como faces ou figuras, em estímulos visuais ambíguos ou aleatórios, como nuvens ou objetos inanimados. Esse fenômeno ocorre porque o cérebro humano tende a buscar ordem e significado em estímulos visuais caóticos ou abstratos (Alvarez, 2023).

riram. Em seguida, iniciou-se uma conversa descontraída entre os presos, especialmente entre “Menó”, da cela A, e “Gordão”, da cela B. Durante o diálogo, foram mencionados requeijão, croissant, haxixe e outras iguarias inexistentes naquele ambiente, enquanto os detentos cantavam músicas de facção e faziam gritos de reconhecimento, como “oô, oô, oô”, com respostas uníssonas. “Menó”, em determinado momento, lembrou que ele fora detido, e horas depois, Gordão também chegara na detenção, demonstrando que ambos eram os mais antigos do local, estando ali há uma ou duas semanas. Notadamente, por serem os mais antigos naquele ambiente, se portavam como lideranças, cada um de sua respectiva cela.

Logo após, os policiais coletaram as jarras de café de cada cela, encheram-nas e distribuíram um saco de pão com manteiga por cada janela – e dois pães para mim. Após a refeição, os presos reuniram os restos de comida e jogaram no corró, passaram a limpar suas celas, tomar banho e jogar dominó. Perguntavam as horas ao “Menó” ocasionalmente, único que tinha horário (por meio de um aparelho que lembrava um celular, mas não tenho certeza de que fosse mesmo um) e reclamavam tanto da qualidade da manteiga quanto da ociosidade. Em certo momento um dos detentos comentou que pediu, em sonho, para entrar no Instagram para o “Menó”, fazendo todos gargalharem.

Como as janelas entre as celas e o corró tinham sido abertas, “Gordão” avistou meu rosto e me nomeou de “Jesus”, assumindo novamente o papel de inquisidor informal. Ele questionou: — “E aí, Jesus, qual foi do B.O. (boletim de ocorrência)? Não mente pra bandido, senão vou arrancar sua cabeça – estou com fome hoje!” Respondi: — “Não, mano. Eu bati o carro mesmo; uma moto apareceu na minha frente; tentei desviar, mas acabei entrando na contramão e perdi a direção.” “Gordão” perguntou, então: — “Matou alguém? Pode falar, se você não mentir, eu não vou fazer nada, não.” Respondi, novamente hesitante: — “Acho que não, mano.” Por fim, com tom ressabiado, Gordão afirmou: — “Então você está me contando que a moto atropelou seu carro.” Todos riram. Em seguida, fui interrogado sobre onde eu morava e onde o acidente havia ocorrido, enquanto ameaças eram lançadas: — “Se eu descobrir que você está mentindo, eu vou te matar, Jesus! Não mente pra ladrão, não. Quem mente pra ladrão fala a verdade pros bicho (polícia).” Após esse período de inquisição, os presos se reuniram para jogar dominó, conversar e cantar. Nesse momento de ociosidade e descontração, comentaram que um dos presos da cela A era meu filho, pois parecia comigo. Pediram para que eu levantasse e fosse até a frente da janela da cela A para ver e confirmar. Falei, apenas para corroborar com a maioria e buscar adesão ao grupo: — “Parece mesmo!” Todos riram. Mas na verdade não parecia, o garoto apenas tinha cabelos grandes como eu.

Pouco antes do almoço – onde comia-se uma marmita com a mão, e minha mão estava extremamente suja, por isso quase não comia – em meio a um calor sufocante, quase claustrofóbico, entrou um investigador forte e careca. Em sua primeira ação, pediu para que eu me levantasse e ficasse de frente para a parede. Então ele ofereceu água gelada, cigarros e fósforos aos presos das celas e a mim; logo, um detento da cela A aproximou-se da janela para falar com ele, mas o policial, tomado de raiva, retrucou: — “Não fala comigo, viado! Eu vou te matar! Você

acha que eu esqueci do que você fez no hospital, arrombado? Você não é homem! Até ladrão tem palavra! Você acha que a polícia não mata? A gente bate, mas mata também!” Em seguida, o policial mandou eu me sentar no chão e dirigiu-se a “Gordão”, comentando de forma descontraída sobre dinheiro e mencionando que os golpes aplicados pelo “Gordão” geravam lucros de 10 mil reais por tarde, o que provocou risos entre os presentes. O policial perguntou por que “Gordão” ainda traficava, ao que ele respondeu: — “É só renda extra, doutor.” Todos riram e fizeram dessa frase uma espécie de mantra, replicando-a em distintas ocasiões. Embora essa frase esteja ligada à ideia humorística do contexto, de certo modo, desvela a precariedade como motor do ingresso no crime organizado¹¹.

O ambiente estava tenso e aterrorizante, mas tornava-se um pouco mais diabolicamente leve e familiar com o passar do tempo. Nesse momento, “Gordão” aproveitou para perguntar o que o policial sabia sobre meu acidente e se eu falava a verdade. O que me obrigou a explicar novamente a situação. Antes de sair, o policial ainda fez um aviso aos membros da cela A em relação ao preso com quem ele tinha uma desavença: — “Não da moral pra esse cuzão, não! Ele não é homem!” Após a saída do policial, seu comportamento em relação ao preso da cela A tornou-se assunto entre os presos, com comentários do tipo: — “Você viu, ele queria que a gente ficasse contra você. Ele faz esse terror para desestabilizar a gente.” Pouco tempo depois, o mesmo policial voltou ao “corró” e a conversar de forma descontraída com os presos das celas, menos com aquele com quem ele havia estourado da cela A. Entre uma risada e outra, ele pegou o celular e perguntou para os outros presos: — “Vê aqui se não é esse filho da puta segurando o fuzil!? Claro que é! É você! Vou te pegar ainda, seu otário!” E pelo comentário dos outros presos, era mesmo o preso da cela A nas fotos: — “Tem que ser homem, falar a verdade. Bandido tem palavra. Nem bandido você é.” Disse o policial, quando ele se evadiu do ambiente, “Gordão” comentou: — “Até que ele é gente boa.” E o “Menó” respondeu: — “Ele que te prendeu aí!” Todos riram. “Gordão” retrucou: — “Mas nós pediu né, “Menó”.” Todos riram novamente. Nesse momento, os presos comentaram como os policiais pegaram o “Gordão”: “de cueca, em casa, cinco da manhã, sem reação”.

A presença do poder no cotidiano da prisão se desdobra em formas explícitas de coerção e em mecanismos sutis de controle social. A prisão, para além de um espaço repressivo, apresenta-se como um local de produção de sujeitos, no qual o comportamento dos detentos é moldado por normas disciplinares e pelo olhar constante das autoridades. Esse poder disciplinar se manifesta tanto na violência simbólica — como a humilhação pública de presos considerados elos fracos — quanto na espetacularização das relações entre polícia e detentos, como ocorreu no momento em que um policial exibiu fotos de um detento armado e incentivou os demais a questionarem sua palavra de bandido. Para além da disciplina, a governamentalidade sugere que as práticas do Estado dentro do sistema prisional não visam apenas punir, mas administrar

11 Estadão. Disponível em: <<https://shre.ink/7cyH>>. Acesso em: 25 mar. 2025

uma população específica de forma estratégica, reforçando dinâmicas de exclusão e controle que extrapolam os muros da prisão (Foucault, 1975).

A delegacia, embora aparentemente um espaço transitório, reproduz em microescala a lógica do complexo industrial prisional. Isso se evidencia na naturalização da superlotação, na desumanização dos corpos (detentos dormindo no chão imundo, sem acesso à higiene) e na ciclicidade das prisões, onde traficantes são presos e liberados apenas para reingressar no mesmo circuito. A interação entre policiais e detentos — como o uso de ameaças (“A gente bate, mas mata também”) e a espetacularização do controle (ex.: exibição de fotos de detentos segurando armas) — reforça a função performativa da instituição: não de reabilitação, mas de manutenção de uma população marginalizada, útil à economia política da punição. O sistema, assim, alimenta-se de seus próprios fracassos, convertendo corpos em mercadoria e violência em rotina.

Eventualmente, os delegados me chamavam para fora do corró para assinar documentos, perguntar se eu queria ir ao banheiro ou para falar com advogados. Toda vez que eu voltava ao corró, tinha que explicar o que havia ido fazer lá fora para os membros das celas, mais precisamente para Gordão e Menó. Percebendo toda essa minha movimentação, Menó disse: — “Jesus tá sendo tratado no maior carinho pelos verme, pivete.”

Quando anoiteceu, chegaram três novos traficantes, todos muito jovens — um deles menor de idade. Os policiais abriram o “corró” para colocá-los lá dentro; houve uma espécie de performance, quando os agentes anunciaram: — “Olha o que chegou aí pra vocês.” Os três recém-chegados permaneceram com a cabeça baixa em frente às celas, os policiais atrás deles rindo e observando e os presos os provocando: — “Vai morrer, alemão! Vai morrer! É tudo dois? É tudo três?” — batendo nas portas de ferro e fazendo a delegacia estremecer. Logo depois, os policiais ordenaram: — “Está bom, chega, todo mundo quieto!” Ao fechar a porta e os policiais saírem, os recém-chegados assumiram uma postura mais confiante, olhando diretamente e encostando-se nas janelas da cela, cumprimentando os colegas de facção e relatando o ocorrido, inclusive sobre o ponto de tráfico de cada um — evidenciando que não eram “alemão” (termo usado para se referir a inimigos, no caso, CV - Comando Vermelho), mas “irmãos de bonde”, revelando rituais de pertencimento. Gordão comentou, reiterando que estava com saudade e vontade de matar “CV”.

Depois desse reconhecimento de irmandade, os presos da cela começaram a fornecer cigarros, água e cobertores aos recém chegados, simbolizando a transição de inimigos a membros. “Não tendo emprego, não tendo estudo... aí o bonde vira família”. Eu tinha uma garrafa de água que havia conseguido mais cedo com os policiais, dei-a diretamente ao “Grandão”, que era o que estava mais ofegante e ansioso, em gesto de camaradagem, nutrindo a ideia de sobrevivência coletiva¹². Cada um dos

12 A noção de sobrevivência coletiva refere-se às estratégias informais desenvolvidas por grupos em instituições totais (como prisões) para preservar identidade e resistir à despersonalização imposta pelo sistema. Essas práticas incluem pactos de solidariedade, criação de códigos compartilhados e manutenção de hierarquias internas que amenizam a opressão estrutural. No contexto etnográfico descrito, observa-se essa dinâmica nos gestos de camaradagem (ex.:

três novos detentos foi chamado individualmente para depor. “Menó”, da cela A, já proferira sentenças, afirmando que o “Menor de idade” e o “Grandão” seriam liberados – este último havia declarado que estava apenas fumando um baseado e não fugiu, omitindo aos policiais que havia escondido a bolsa de drogas quando percebeu a chegada deles – e que o único que permaneceria preso seria aquele que tinha parado de “assinar”, conforme já acontecera com o próprio “Menó”. Assinar nesse caso significava que ele estava em liberdade provisória ou condicional e parou de cumprir as medidas cautelares. “Menó” ainda lembrou a eles que, se o menor de idade assumisse a culpa, todos seriam liberados. Isso não deu certo porque o flagrante tinha sido dado no que parou de assinar, então seria difícil outra pessoa assumir a culpa. O “Grandão”, em dado momento, comentou: — “Aí pivete, quando sair daqui não posso passar no bairro de baixo, se os alemão me pega...” Em outro momento, um dos três recém-chegados, o que parou de assinar, olhou para mim e perguntou aos demais: — “E esse aqui, é alemão?” Então explicaram que eu havia batido o carro. Na expectativa do que aconteceria com os três, Gordão aproveitou para perguntar: — “E aí, vocês souberam do Jesus? Saiu na mídia algo?” Buscando confirmações sobre o acidente. O “Grandão” recém-chegado afirmou: — “Ah, eu vi, foi feio o acidente, pivete. A outra pessoa faleceu!” Nesse momento, “Gordão” falou: — “Aí, Jesus tá mentindo pra nós”. Em seguida, o “Grandão” falou, em clara reciprocidade ao meu gesto de camaradagem anterior: — “Mas ele não tinha como saber, o cara morreu no hospital, pivete.” Ele estava inventando para amenizar meu lado.

A partir desse momento, o tratamento de “Gordão” para comigo tornou-se mais da ordem da camaradagem e dos demais também. Compreendo que isso se deu porque tinha alguém que “era do bonde”, em quem eles confiavam, que corroborava com a minha narrativa. Nesse momento, senti como se estivesse sendo aceito diante dos demais, e internamente, ressoava um sentimento de vazio identitário, algo parecido com a ideia de afeto e ser afetado¹³ e de liminaridade¹⁴.

Após a liberação dos dois que “Menó” havia anunciado, o detento remanescente foi transferido do corró para a cela B. — “Boca maldita em Menó!” Falou o que ficou preso. O delegado que foi liberar os dois do “corró”, o mesmo que tomou meu depoimento e emprestou o próprio celular, me viu e informou: — “Eu li seu processo, você vai sair hoje ainda”. Fiquei mais aliviado, mas extremamente mais ansioso. Pouco

distribuição de cigarros, proteção mútua contra ameaças) e na ritualização de interações que reforçam a coesão grupal (Goffman, 2003).

13 Afeto é entendido como uma força experiencial não representada, capaz de modificar subjetivamente o pesquisador por meio de intensidades emocionais e energéticas que escapam à simbolização cultural. Ser afetado, por sua vez, refere-se ao processo metodológico de engajamento radical no campo, no qual o antropólogo se expõe a tais afetos, permitindo que eles interfiram em sua subjetividade e mediem uma comunicação não intencional. Essa abordagem contrasta com modelos tradicionais de observação ou empatia, pois pressupõe que o conhecimento antropológico emerge justamente da capacidade de habitar (e não apenas interpretar) os lugares sociais e emocionais do sistema estudado. Essa “opacidade” do sujeito frente a si mesmo — onde afetos operam além da consciência — é central para uma antropologia que busca capturar dimensões não verbais e involuntárias da experiência humana (Favret-Saada, 2005).

14 Estado de transição em que o indivíduo, ao ingressar em um novo grupo, fica suspenso entre a identidade antiga e a integração plena, vivenciando ambiguidades e rituais de passagem que possibilitam a reconfiguração de sua identidade (Turner, 1969).

depois, outro delegado, quando foi levar o café e o pão com miolo da noite, também informou: — “Você vai sair!” Eu perguntei: — “Hoje ainda, doutor?” Ele respondeu: — “Entre hoje e amanhã.”

Durante a noite, na cela A, iniciou-se uma conversa sobre Deus, Lúcifer, a Igreja, a manipulação dos homens sobre os homens, fazer o bem, fazer o mal, ser utilizado pelo bem e pelo mal, a justiça dos homens e a justiça de Deus: temas que dominaram os debates até que os detentos adormecessem. Foi uma conversa bastante reflexiva na cela A.

1.3 Estratégias de Sobrevivência e Desfecho da Experiência

A prisão é um espelho ampliado das desigualdades urbanas e sociais (reflexões do autor, 2025).

Na manhã de domingo, “Menó” acordou “cheio de ódio” e comentou com um colega de cela: — “Ou pivete, você fala demais, fica rodando e conversando; o sono do bandido é sagrado, irmão. Fica esperto nessas ideia sua, vai descer pra cadeia e, se ficar dando esses papo torto, vai rodar.” Seguindo a rotina, “Gordão” apelou pelo café da manhã, gritando aos policiais que queria requeijão cremoso, Nescau e um baseado. Nessa altura, de forma delirante, eu estava torcendo para que ele conseguisse. O delegado chegou, pediu as térmicas de café para as celas, encheu e as entregou com os sacos de pão, e dois pães para mim. Ao sair, os presos notaram e comentaram: — “Café frio, piva; é o de ontem.” — “Pão sem manteiga.” — “O meu tinha manteiga, ruim demais, só o sebo!”

Depois do café, os detentos fizeram a limpeza da cela, jogaram o lixo no corró e foram jogar dominó, reclamando da ociosidade, como de rotina. “Gordão”, em certo momento, pensou alto: — “Hoje é domingo, só vão abrir para deixar o rango azedo, e olhe lá.” Percebendo a situação de imundice em que eu me encontrava, “Menó” e “Gordão” me aconselharam: — “Ôu Jesus, pede um rodo e um sabão em pó pra esses verme, joga os lixos do outro lado, tá um chiqueiro esse corró, pivete. Eles não podem te tratar assim não. Você tá sem banho, sem ir ao banheiro (não sabiam que eu estava usando o banheiro dos policiais), sem nada.” Falei: — “Pode cre, mano, valeu! Vou pedir!” Aqui eu assumia “uma posição de dependência em relação aos outros, tal como um aprendiz em relação ao mestre” (Lima, 2013, p. 12).

Antes do almoço, recebi alguns pertences (roupas e comida) deixados por minha namorada e por um colega. Comecei a distribuir entre os presos um cacho de bananas e percebi que estava ganhando gradualmente a simpatia das celas. O gesto, aparentemente simples, alterou minha posição no grupo: de *outsider* suspeito, passei a ser tratado com empatia e certa reciprocidade. Em seguida, Gordão me ofereceu água e cigarros e disse que, se eu precisasse de algo, era só falar com ele, pois eles tinham de tudo na cela. Eles fumavam o cigarro Mill, fornecido pela delegacia. Um cigarro horrível, sempre ligado ao contrabando, de que eu não ouvia falar há uns 15 anos.

A distribuição das bananas, nesse contexto, pode ser interpretada como uma troca simbólica no sentido maussiano. O ato de ofertar alimentos, ainda que escassos, estabeleceu uma relação de

reciprocidade: ao receberem as bananas, os detentos contraíram uma dívida simbólica, que mitigou temporariamente a hostilidade inicial e me inseriu em uma rede de obrigações mútuas. Essa dinâmica ecoa o princípio do dom, onde a dádiva não é neutra, mas cria laços sociais (Mauss, 2003). No contexto carcerário, a troca adquire contornos estratégicos: ao compartilhar recursos, eu não apenas atenuava minha vulnerabilidade, mas também negociava um lugar simbólico na hierarquia grupal, convertendo-me de figura marginalizada em parceiro de trocas. Isso explica por que “Gordão”, líder da cela B, posteriormente me ofereceu cigarros e água, reequilibrando a relação de poder.

O *habitus* carcerário envolve uma adaptação às regras tácitas do ambiente, que incluem desde a negociação da violência até o desempenho de masculinidades dominantes. Durante a minha permanência no “corró”, a necessidade de adotar certas posturas — como a distribuição de alimentos e a omissão estratégica de informações — pode ser lida como um processo de incorporação desse *habitus*. Nesse sentido, as instituições punitivas e os espaços periféricos da cidade operam dentro de uma continuidade, na qual a prisão é uma extensão da marginalização urbana. Assim, a experiência da prisão não é isolada, mas um prolongamento da precariedade estrutural que muitos dos detentos já vivenciavam em suas comunidades.

Ainda pela manhã, um advogado adentrou o “corró” para fazer visita aos seus clientes, levou informações, fez ligações para familiares e acalentou alguns dos presos, e aproveitou para me informar, mesmo eu não tendo conhecimento de quem ele era: — “Olha, eu não sou seu advogado, mas seu advogado (um que eu ainda não tinha tido contato) pediu para eu te falar que você sai hoje!” Então aproveitei para perguntar sobre o processo, foi quando ele me explicou: — “No meu entendimento, a situação é favorável. O Ministério Público apresentou a possibilidade de responder em liberdade e o promotor foi favorável, agora só falta a decisão do juiz. Acho muito difícil ele ser contrário, mas vamos aguardar.” Quando eu disse: — “Sai hoje ainda essa decisão?” Ele disse, se evadindo do “corró”: — “Sai hoje!”

Pouco tempo depois, o corró foi aberto e um preso acusado de roubo foi colocado diretamente na cela B, nem ficou no “corró”. Os detentos reclamaram da superlotação, o que foi satirizado pelo policial e pelo delegado presente: — “Vocês estão no paraíso, já vi mais de 50 nessas celas”, evidenciando a superlotação carcerária vigente no país. Os detentos (traficantes) deixaram claro que não toleravam ladrões — especialmente os que roubavam de trabalhadores, atitude considerada desonrosa. Imediatamente, foi aplicada a disciplina, um ritual de punição que enfatiza as hierarquias e apresentações de poder: “Menó”, da cela A, incentivava “Gordão” a dar três golpes no peito do ladrão, e “Gordão” aplicou três tapas estrondosos. E a cada golpe dizia: — “Se você se mexer vai ser pior!” O barulho dos golpes foi amedrontador, e os presos se impressionaram com a força empregada, fazendo comentários sarcásticos que geraram risadas. “Menó” reclamou: — “Queria me divertir também”. Em seguida, “Gordão” questionou ao ladrão se seria necessário amarrá-lo durante a noite, repetindo o questionamento a outros detentos e avaliando essa possibilidade. O ladrão comentou que havia roubado

apenas 30 reais. Foi aí que “Menó” ficou irado de raiva: — E você não tem vergonha de falar isso, não!? Vai ficar de olheiro, porra! Vai vender droga! Vai roubar de gente humilde, porra?! Vai tomar no seu cu!

No contexto dado, a agressão física é um ritual de legitimação: reforça códigos morais paralelos (não roube trabalhadores) e naturaliza a autoridade dos líderes (Bourdieu, 2012). A punição espetacularizada reflete a despersonalização típica de instituições totais, onde a violência é instrumentalizada para manter a ordem e suprir a ociosidade (Goffman, 2003). A punição física ao ladrão, executada por “Gordão” e incentivada por “Menó”, além de marcar o corpo do infrator, reafirma a autoridade dos líderes e a adesão coletiva a um código moral paralelo (Foucault, 1975), onde roubar trabalhadores é inaceitável, mas o tráfico é legitimado como renda extra. A queixa de “Menó” (“Querida me divertir”) expõe a espetacularização da violência como entretenimento em um contexto de tédio estrutural.

Nesse ínterim, um detento da cela B pediu várias vezes que eu pegasse parafusos da janela ou algo pontiagudo para tentarmos todos fugir. Atendi à solicitação de forma teatral, apenas para demonstrar que havia tentado, sem, contudo, executar a ação de verdade, sobretudo porque, se eu adentrasse aquela cela em algum momento, alguém estaria com algo pontiagudo, que poderia ser usado contra mim. Mas, de todo modo, em minha encenação de cumplicidade, percebi que, se eu realmente quisesse, conseguiria retirar o parafuso.

Em seguida, esse mesmo detento me ofereceu 10 mil reais no Pix para que eu assumir o seu B.O., ou seja, para assumir que uma arma que estava com ele no flagrante era minha — ele havia dito aos policiais que era de um amigo. Ele alegava que seria importante eu ter esse valor no presídio para garantir higiene básica, visita íntima e para fortalecer minha família. Recusei e recusaria em qualquer situação. Mas, sobretudo porque estava colocando fé de que meu alvará de soltura estava próximo, apesar de os demais presos insistirem que eu permaneceria preso e que seria fundamental integrar o grupo deles para “tirar a cadeia” em segurança.

No final da tarde de domingo, próximo à minha liberação, ofereci todos os itens restantes em minha posse — um iogurte de morango, o restante das bananas, pão de queijo, mamão e maçãs — distribuindo-os entre as celas. “Gordão” bradou nesse momento: — “Parece que eu fui lá fora e voltei, pivete!”, gerando risadas entre todos. Quando havia esses momentos de descontração, “Menó” e “Gordão” sempre lembravam que era preciso tirar a cadeia rindo, para que a depressão não te pegasse, tendo o humor como mecanismo de resistência.

Momentos depois, um usuário de crack foi jogado no “corró”, acusado de roubo de cobre. Ofereci a ele um cobertor, uma banana e um pão de queijo, com a autorização dos demais detentos. “Gordão” questionou se esse detento já havia roubado cobre em outros lugares, tentando responsabilizá-lo pelo fato de ele próprio ter ficado sem energia alguns dias atrás, o que gerou mais risadas. Em advertência ao ladrão de cobre, vendo que só estávamos eu e ele no “corró”, “Gordão” e “Menó” advertiram-no: — “Não mexe com o Jesus que ele é nosso, hein!”

Pouco tempo depois, a porta do “corró” se abriu e o delegado de plantão me chamou. Meu alvará de soltura havia chegado. Enquanto me encaminhava para a saída do corró, olhei para trás, para as janelas das portas das celas – em uma delas, vi “Menó”; na outra, “Gordão” – e me despedi, dizendo: — “Valeu, rapaziada, fiquem com Deus.” Eles responderam: — “Vai você também com Ele, Jesus”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imersão no universo carcerário revelou-me a microfísica do poder (Foucault, 1975) e a resiliência de códigos morais paralelos que, embora violentos, oferecem aos detentos um senso de agência. Essas dinâmicas, entrelaçadas à precariedade estrutural, reforçam a ideia de que a prisão é um espelho ampliado das desigualdades sociais. Líderes como “Menó” e “Gordão” personificam a dualidade entre violência e solidariedade: enquanto ameaças e humor sustentam sua autoridade, gestos de reciprocidade reconfiguram alianças e mitigam conflitos. A pesquisa corroborou a tese foucaultiana de que o cárcere pune e produz sujeitos, moldando comportamentos através por meio de mecanismos disciplinares e violência simbólica (Foucault, 1975; Bourdieu, 2012). Além disso, evidenciou-se a naturalização da degradação humana — como corpos adormecidos em chão imundo — e a performatividade do Estado, que oscila entre coerção explícita e cumplicidade tácita com dinâmicas internas.

Contudo, o relato possui limitações. O curto período de imersão (36 horas) e o foco em uma única delegacia restringem a compreensão de variações regionais e de longo prazo. A metodologia de participação observante, embora rica em detalhes subjetivos, enfrenta desafios éticos, como a impossibilidade de consentimento formal em contextos assimétricos. Além disso, a ênfase em interações masculinas e em traficantes pode obscurecer experiências de outros grupos, como mulheres presas ou detentos por crimes não violentos.

Para aprofundar o tema, sugere-se a realização de estudos longitudinais em diferentes instituições prisionais, como presídios de segurança máxima e cadeias femininas, com o intuito de mapear contrastes e padrões estruturais que possam revelar como variáveis temporais e contextuais influenciam as dinâmicas de poder e sobrevivência no cárcere. Além disso, análises comparativas entre sistemas carcerários de regiões brasileiras distintas — considerando desigualdades socioeconômicas, políticas locais e contextos culturais — poderiam elucidar como disparidades regionais impactam a gestão prisional, desde a superlotação até a relação entre Estado e facções.

Paralelamente, pesquisas focadas em políticas públicas, como a eficácia de programas de reintegração social ou alternativas ao encarceramento em massa, são urgentes para confrontar a lógica do complexo industrial prisional (Davis, 2018), que transforma corpos em mercadoria e naturaliza a violência institucional. Por fim, investigar a economia informal intramuros — incluindo redes de contrabando, suborno e corrupção — tornaria visível como essas práticas sustentam hierarquias

internas, desafiando ou reproduzindo estruturas de poder institucional. Tais direcionamentos ampliariam o escopo teórico e subsidiariam ações capazes de transcender a crítica abstrata e enfrentar as raízes da marginalização.

Assim, conclui-se que a crítica ao sistema carcerário exige denúncia e engajamento com as vozes marginalizadas que o habitam. A etnografia, ao articular experiência corpórea e reflexão teórica, oferece um caminho para desvelar as contradições do cárcere, reforçando a urgência de reformas que transcendam a lógica punitiva e confrontem as raízes estruturais da marginalização.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, José. Pareidolia: Seeing faces and figures where there are none. **Mentes Abiertas Psicología**, 2023. Disponível em: <<https://shre.ink/7cF6>>, acesso em: 26 mar. 2025
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Difel, 2018.
- ELIAS, Norberto; SCOTSON, John L. **Os integrados e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 13, n.13, p. 155-161, 2025. Disponível em: <<https://shre.ink/7cFV>>, acesso em: 19 fev. 2025.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- LIMA, Tânia Stolze. O campo e a escrita: Relações incertas. **Revista de Antropologia da UFSCar, São Carlos**, v. 5, p. 9-23, 2013. Disponível em: <<https://shre.ink/7cFz>>, acesso em: 18 fev. 2025
- MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva: Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. São Paulo: Edições 70, 2003.
- NOTAS & INFORMAÇÕES. A formalização do crime organizado. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 23 fev. 2025. Disponível em: <<https://shre.ink/7cFX>>, acesso em: 6 jul. 2025
- PAIDÉIA. Laboratório de Pesquisa Transdisciplinar Sobre Metodologias Integrativas Para a Educação e Gestão Social. **Descrição do Grupo**. 2022. Disponível em: <<https://shre.ink/7cFh>>, acesso em: 29 mar. 2025.
- TURNER, Victor. **O processo ritual: estrutura e anti-estrutura**. Chicago: Aldine Publishing, 1969.
- WACQUANT, Loïc. **Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.